REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.4, n.2 abr./jun. 2025 DOI: 10.47538/RA-2025.V4N2
ISSN: 2965-0003

CURRÍCULO E ENSINO NAS ESCOLAS QUILOMBOLAS DO CAMPO, NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE BAIÃO PARÁ

Ellem Fernanda Monteiro Leão
Faculdade de Ciências Sociais Interamericana – FICS.
https://orcid.org/0009-0002-3772-3889
E-mail: ellemleao24@gmail.com

Maria Barbara da Costa Cardoso
Professora Orientadora. Faculdade de Ciências Sociais Interamericana – FICS.
http://lattes.cnpq.br/8512666584817111
https://orcid.org/0000-0003-4184-1052
E-mail: barbara.costa@csfx.org.br

DOI-Geral: http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N2
DOI-Individual: http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N2-53

RESUMO: Este artigo discute o currículo e o ensino nas escolas quilombolas do campo, analisando sua trajetória histórica, os desafios enfrentados e as práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto da educação diferenciada. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica, documentos legais e experiências pedagógicas registradas em comunidades quilombolas brasileiras. O texto aborda a importância da valorização dos saberes ancestrais, da construção de uma identidade étnico-racial positiva e da implementação de políticas públicas específicas, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Aponta a necessidade de formação docente voltada à realidade quilombola, bem como da elaboração de currículos contextualizados, interculturais e antirracistas. A partir da análise de experiências bem-sucedidas, o artigo conclui que a escola quilombola do campo deve ser espaço de resistência, reconhecimento e construção de saberes próprios, comprometida com uma educação emancipadora e plural.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Quilombola. Currículo. Ensino do Campo. Identidade Étnico-Racial. Interculturalidade.

CURRICULUM AND TEACHING IN QUILOMBO SCHOOLS IN THE COUNTRYSIDE OF BAIÃO PARÁ

ABSTRACT: This article discusses the curriculum and teaching in rural quilombola schools, analyzing their historical trajectory, the challenges faced and the pedagogical practices developed in the context of differentiated education. The research is based on a bibliographic review, legal documents and pedagogical experiences recorded in Brazilian quilombola communities. The text addresses the importance of valuing ancestral knowledge, building a positive ethnic-racial identity and implementing specific public policies, such as the National Curricular Guidelines for Quilombola School Education. It highlights the need for teacher training focused on the quilombola reality, as well as the development of contextualized, intercultural and anti-racist curricula. Based on the analysis of successful experiences, the article concludes that the quilombola school in the countryside should be a space of resistance, recognition and construction of its own knowledge, committed to an emancipatory and plural education.

KEYWORDS: Quilombola Education. Curriculum. Rural Education. Ethnic-Racial Identity. Interculturality.

REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.4, n.2 abr./jun. 2025 DOI: 10.47538/RA-2025.V4N2
ISSN: 2965-0003

INTRODUÇÃO

O reconhecimento das comunidades quilombolas enquanto sujeitos de direitos específicos, inclusive no campo educacional, representa um marco fundamental na consolidação de políticas públicas voltadas à justiça social e à valorização da diversidade étnico-racial no Brasil. A educação quilombola do campo constitui-se como uma modalidade diferenciada, vinculada às lutas históricas por território, cultura, identidade e dignidade.

As escolas quilombolas, localizadas predominantemente em áreas rurais, enfrentam múltiplos desafios estruturais, pedagógicos e políticos. No entanto, essas instituições também se apresentam como espaços de resistência, onde o currículo e o ensino podem (e devem) ser instrumentos de valorização da memória coletiva, dos saberes ancestrais e da construção de uma educação emancipadora.

Este artigo busca discutir as especificidades do currículo e do ensino nas escolas quilombolas do campo, partindo da contextualização histórica dessas comunidades, da análise das políticas públicas envolvidas e da reflexão sobre práticas pedagógicas que respeitem a diversidade cultural e promovam a equidade educacional.

As comunidades quilombolas representam uma parcela significativa da população brasileira historicamente excluída dos direitos fundamentais, entre eles, o acesso à educação de qualidade, contextualizada e culturalmente relevante. A educação nas escolas quilombolas do campo emerge como resposta à necessidade de valorização dos saberes tradicionais, da identidade étnico-racial e do território.

Este artigo tem como objetivo discutir o currículo e o ensino nas escolas quilombolas do campo, explorando sua trajetória histórica, o papel das políticas públicas, as práticas pedagógicas diferenciadas, bem como os desafios e as perspectivas dessa modalidade educacional. A análise parte de uma perspectiva crítica e decolonial, valorizando os conhecimentos produzidos nas comunidades e sua contribuição para a construção de um currículo plural, emancipador e antirracista.

REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.4, n.2 abr./jun. 2025 DOI: 10.47538/RA-2025.V4N2
ISSN: 2965-0003

HISTÓRICO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E SUA LUTA POR EDUCAÇÃO

As comunidades quilombolas têm sua origem na resistência à escravidão no Brasil. Formadas por africanos escravizados fugitivos e seus descendentes, essas comunidades organizaram-se em territórios autônomos, preservando línguas, culturas, modos de vida e relações com a terra.

A luta dessas comunidades por educação é antiga e tem relação direta com a resistência cultural e territorial. Historicamente marginalizadas, muitas vezes invisibilizadas pelas políticas estatais, os quilombolas demandaram o direito a uma educação que respeitasse suas especificidades étnicas, sociais, econômicas e culturais. Foi a partir da mobilização dos movimentos sociais do campo, especialmente o movimento negro e o movimento quilombola, que as pautas por uma educação diferenciada começaram a ganhar espaço nas discussões nacionais, culminando em políticas como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

As comunidades quilombolas são formadas por descendentes de africanos escravizados que resistiram à opressão colonial por meio da fuga, da organização social autônoma e da preservação de suas culturas. A formação dos quilombos representa uma das expressões mais significativas da resistência negra no Brasil. Entre os mais conhecidos está o Quilombo dos Palmares, símbolo da luta contra a escravidão e pela liberdade. Após a abolição da escravidão, em 1888, os remanescentes desses grupos continuaram enfrentando diversos desafios para garantir direitos básicos, entre eles o acesso à educação.

A exclusão educacional dos quilombolas é reflexo do racismo estrutural que marca a história brasileira. Durante séculos, os negros foram impedidos de acessar a escola formal e, mesmo após a abolição, continuaram marginalizados do sistema educacional. Segundo Gomes (2005), a educação no Brasil historicamente foi organizada de forma a excluir a população negra, sendo os quilombolas um dos segmentos mais prejudicados por essa exclusão.

Nas últimas décadas, as comunidades quilombolas vêm lutando por políticas públicas que atendam às suas especificidades culturais e sociais. A Constituição Federal

REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.4, n.2 abr./jun. 2025 DOI: 10.47538/RA-2025.V4N2
ISSN: 2965-0003

de 1988, ao reconhecer os direitos territoriais das comunidades remanescentes de quilombos (Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), também abriu caminho para outras garantias, como a educação escolar quilombola, que foi oficialmente reconhecida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (2012). Essas diretrizes defendem uma educação pautada na valorização da história, da cultura afro-brasileira e dos saberes tradicionais dessas comunidades.

De acordo com Silva (2010), a luta por uma educação quilombola vai além da inserção escolar: trata-se de uma busca por reconhecimento, identidade e justiça social. Essa educação deve respeitar os modos de vida quilombolas e promover a autonomia das comunidades. O desafio atual é transformar o direito formal à educação em um direito efetivamente exercido, com escolas de qualidade, professores capacitados e currículos que respeitem a diversidade cultural.

Assim, a trajetória das comunidades quilombolas na busca por uma educação digna é marcada por resistência e resiliência. Trata-se de um processo que exige o rompimento com práticas discriminatórias e a valorização de uma pedagogia emancipatória e antirracista.

A educação do campo e a educação quilombola compartilham princípios comuns: ambas se contrapõem ao modelo urbano, homogêneo e massificador de ensino. Enfatizam a valorização das culturas locais, o diálogo com os saberes tradicionais, a relação com a terra e a construção de um currículo contextualizado.

Entretanto, há desafios específicos enfrentados pelas escolas quilombolas. As desigualdades sociais, a ausência de infraestrutura, a dificuldade de acesso, a carência de materiais pedagógicos e a formação de professores descontextualizada são alguns dos entraves cotidianos. Soma-se a isso o racismo institucional, que muitas vezes impede o reconhecimento da identidade quilombola dentro das políticas educacionais.

Apesar desses obstáculos, muitas comunidades vêm desenvolvendo experiências exitosas de educação emancipadora, com metodologias que respeitam o tempo e os modos de vida do campo e promovem a inclusão dos saberes ancestrais no processo pedagógico.

REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.4, n.2 abr./jun. 2025 DOI: 10.47538/RA-2025.V4N2
ISSN: 2965-0003

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ESCOLAS QUILOMBOLAS

O reconhecimento das escolas quilombolas como modalidade específica da educação básica foi consolidado com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 08/2012). Essas diretrizes preveem:

A construção de propostas pedagógicas que respeitem os princípios da interculturalidade, da valorização da identidade étnico-racial e do respeito à história das comunidades quilombolas; A participação ativa da comunidade na definição do currículo e das práticas pedagógicas; O uso de materiais didáticos e paradidáticos que reflitam a realidade quilombola; A formação inicial e continuada de professores em consonância com as especificidades dessas escolas.

No entanto, na prática, a implementação dessas políticas enfrenta diversos entraves, como a ausência de financiamento específico, a descontinuidade administrativa e a dificuldade de articulação entre os sistemas de ensino e as comunidades.

As escolas quilombolas são espaços educativos fundamentais para a preservação da cultura, da identidade e da história das comunidades quilombolas. Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para essas instituições devem reconhecer e valorizar suas especificidades culturais e históricas, promovendo a educação escolar indígena e quilombola com respeito à diversidade étnico-racial e territorial.

Segundo Gomes (2019, p. 134), “a implementação de políticas públicas que respeitam as particularidades das comunidades quilombolas é crucial para a garantia do direito à educação de qualidade, que valorize a identidade cultural e assegure a permanência e o sucesso escolar dos alunos dessas comunidades”. Isso significa que a educação quilombola não deve ser pensada apenas sob a perspectiva da universalização do ensino, mas como um processo de valorização das histórias, saberes tradicionais e práticas culturais quilombolas.

O Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e a Política Nacional de Educação Escolar Quilombola, instituída pelo Ministério da Educação, são exemplos de marcos legais que orientam a elaboração e a execução dessas políticas públicas. Elas

REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.4, n.2 abr./jun. 2025 DOI: 10.47538/RA-2025.V4N2
ISSN: 2965-0003

indicam a necessidade de formação de professores quilombolas, material didático específico e a participação das comunidades no processo decisório da escola.

Conforme Silva e Santos (2020, p. 56), "a construção de uma educação quilombola efetiva requer um olhar para a autonomia dessas comunidades na gestão escolar, além da garantia de recursos e da formação continuada de educadores comprometidos com o projeto político-pedagógico quilombola". Dessa forma, as políticas públicas precisam ser contextualizadas e construídas em diálogo direto com as comunidades quilombolas, promovendo a valorização de suas identidades e práticas.

CURRÍCULO ESCOLAR NAS ESCOLAS QUILOMBOLAS: CONTEÚDOS E SABERES TRADICIONAIS

O currículo escolar nas escolas quilombolas é construído a partir das necessidades e realidades das comunidades remanescentes de quilombos, com base no reconhecimento da identidade étnico-racial, da história de resistência e das práticas culturais afro-brasileiras. Ele busca ir além do currículo tradicional, valorizando saberes ancestrais e promovendo a justiça social.

Princípios do currículo quilombola as diretrizes curriculares para a educação escolar quilombola partem de alguns princípios fundamentais: respeito à identidade étnico-racial quilombola a escola precisa reconhecer os estudantes como sujeitos com história, cultura e direitos próprios; Interculturalidade crítica Integra os conhecimentos da cultura quilombola com os conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promovendo o diálogo entre os saberes tradicionais e os acadêmicos; Territorialidade e pertencimento o currículo valoriza a relação dos estudantes com o território e a comunidade, abordando questões como meio ambiente, direitos territoriais e modos de vida tradicionais; Pedagogia antirracista combate o racismo estrutural por meio da valorização da história e das contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros.

O currículo das escolas quilombolas deve refletir a realidade e os saberes das comunidades. Isso implica incluir no conteúdo escolar temas como: a história da luta quilombola, as manifestações culturais locais, os conhecimentos tradicionais sobre a

REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.4, n.2 abr./jun. 2025 DOI: 10.47538/RA-2025.V4N2
ISSN: 2965-0003

terra, as plantas medicinais, as práticas alimentares, os modos de produção e organização social.

A pedagogia quilombola se apoia no princípio da circularidade do conhecimento, valorizando a oralidade, a escuta e a coletividade. As aulas podem ocorrer fora da sala tradicional, no terreiro, na roça, na casa de um ancião. O tempo da aprendizagem acompanha o ritmo da comunidade, e não o relógio industrial.

O currículo escolar nas escolas quilombolas deve refletir e valorizar os saberes tradicionais das comunidades, buscando uma educação que dialogue com a cultura, história e identidade dos quilombolas. Segundo Silva (2017), "o currículo deve ser um espaço de reconhecimento dos modos próprios de vida das comunidades, incorporando os conhecimentos que sustentam a identidade quilombola e que são passados de geração em geração". Essa perspectiva enfatiza a importância de uma educação contextualizada, que respeite e promova os saberes ancestrais, muitos dos quais são marginalizados nos modelos tradicionais de ensino.

Freire (1996) destaca que a educação precisa ser um processo libertador e crítico, em que o conhecimento tradicional e local seja valorizado como forma de resistência cultural e construção de autonomia. Dessa forma, o currículo nas escolas quilombolas não pode ser simplesmente uma reprodução do currículo oficial; deve integrar conteúdos que dialoguem com a experiência e a realidade dos estudantes, promovendo o protagonismo e a valorização da cultura negra.

Além disso, Lopes (2019) aponta que a construção de um currículo que inclua saberes tradicionais contribui para a preservação cultural e o fortalecimento da identidade quilombola, articulando práticas pedagógicas que dialogam com o cotidiano, as práticas agrícolas, as festas, a oralidade e os conhecimentos medicinais tradicionais. Esse currículo ampliado promove a valorização da diversidade cultural no ambiente escolar e colabora para a efetivação dos direitos educacionais das populações quilombolas.

Um dos pilares do currículo quilombola é a valorização da identidade étnico-racial. A escola torna-se um espaço de fortalecimento da autoestima, de reconstrução da memória coletiva e de combate ao racismo.

REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.4, n.2 abr./jun. 2025 DOI: 10.47538/RA-2025.V4N2
ISSN: 2965-0003

Isso exige a inclusão de conteúdos que dialoguem com a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, e também a participação ativa da comunidade na construção do projeto político-pedagógico. A presença de lideranças e mestres tradicionais no processo educativo fortalece o pertencimento e a construção de uma identidade positiva.

A escola quilombola também desempenha um papel fundamental na preservação e valorização da língua e das expressões culturais locais. Em muitos casos, são faladas línguas de matriz africana, dialetos regionais ou formas de expressão próprias das comunidades. O ensino deve respeitar essas especificidades e promover a diversidade linguística como patrimônio cultural.

Além disso, a cultura popular, os rituais religiosos, as festas, a música, a dança, o artesanato e outras formas de expressão devem ser integradas ao currículo como formas legítimas de conhecimento e aprendizagem.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A formação de professores é um dos pilares fundamentais para a qualidade da educação. Em um cenário educacional em constante transformação, o desenvolvimento profissional docente precisa ir além da aquisição de conhecimentos teóricos, incluindo também a reflexão crítica sobre a prática pedagógica, a compreensão do contexto escolar e o compromisso com a aprendizagem significativa dos estudantes.

A formação inicial deve proporcionar uma base sólida em conteúdos específicos, pedagogia e didática, aliando teoria e prática desde os primeiros momentos do curso. Contudo, é na formação continuada que muitos professores encontram espaço para atualizar saberes, incorporar novas metodologias e enfrentar os desafios emergentes, como o uso de tecnologias, a inclusão e a diversidade cultural em sala de aula.

As práticas pedagógicas, por sua vez, refletem diretamente a qualidade da formação recebida. Metodologias ativas, ensino por projetos, uso de recursos digitais e avaliação formativa são exemplos de estratégias que, quando bem aplicadas, tornam o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, participativo e centrado no estudante.

REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.4, n.2 abr./jun. 2025 DOI: 10.47538/RA-2025.V4N2
ISSN: 2965-0003

No entanto, para que essas práticas sejam efetivas, é necessário que o professor tenha autonomia, apoio institucional e tempo para planejamento e reflexão.

Outro aspecto relevante é o vínculo entre teoria e prática. Muitos docentes relatam a distância entre o que se aprende na universidade e os desafios reais da sala de aula. Superar essa lacuna exige articulação entre instituições formadoras e escolas, promovendo experiências de estágio significativas, parcerias colaborativas e espaços de escuta e diálogo. A formação dos professores que atuam nas escolas quilombolas é um dos maiores desafios para a efetivação de uma educação contextualizada. Muitas vezes, esses profissionais vêm de fora da comunidade, desconhecendo sua história e cultura, o que compromete a qualidade do ensino.

É fundamental promover a formação inicial e continuada de educadores com ênfase em educação quilombola, antirracismo, pedagogias decoloniais e metodologias ativas. Além disso, deve-se valorizar a formação de professores da própria comunidade, reconhecendo seus saberes e experiências como válidos no processo educacional.

As práticas pedagógicas devem ser criativas, dialógicas, transdisciplinares e centradas nos interesses e nas vivências dos estudantes. Projetos integradores, oficinas culturais, hortas escolares, rodas de conversa e produção coletiva de materiais didáticos são exemplos de estratégias eficazes.

A formação de professores para atuar em escolas quilombolas demanda um olhar sensível às especificidades culturais, históricas e sociais desses territórios. Segundo Silva (2017), a educação em comunidades quilombolas deve respeitar a identidade cultural e promover o protagonismo dos estudantes por meio de práticas pedagógicas que valorizem o saber local e as tradições ancestrais. Dessa forma, a formação docente precisa articular conhecimentos acadêmicos com a realidade quilombola, para que os professores possam atuar de forma crítica e contextualizada.

Freire (1996) destaca que a prática pedagógica deve ser um processo dialógico, no qual o educador e o educando constroem o conhecimento conjuntamente, respeitando as experiências e o saber popular. Nas escolas quilombolas, essa abordagem é fundamental para fortalecer a autoestima e a identidade cultural dos alunos, possibilitando a valorização da história e da luta do povo negro no Brasil. Portanto, a formação de

REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.4, n.2 abr./jun. 2025 DOI: 10.47538/RA-2025.V4N2
ISSN: 2965-0003

professores deve incluir conteúdos que promovam a reflexão sobre a diversidade étnico-racial e os direitos humanos, preparando-os para enfrentar o racismo e a exclusão social presentes no contexto escolar.

Assim, práticas pedagógicas contextualizadas, que integrem saberes tradicionais e currículo formal, são essenciais para garantir uma educação de qualidade e emancipadora nas escolas quilombolas, promovendo o reconhecimento da cultura afro-brasileira e a construção de uma sociedade mais justa.

Por fim, a formação docente deve ser compreendida como um processo contínuo e coletivo. Valorizar o professor como sujeito ativo na construção de seu conhecimento e promover políticas públicas que garantam condições dignas de trabalho e acesso à formação de qualidade são passos essenciais para uma educação transformadora e socialmente comprometida.

DESAFIOS ATUAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Apesar dos avanços, os desafios ainda são muitos. A precariedade da infraestrutura, o transporte escolar inadequado, a escassez de recursos e a resistência institucional à implementação plena da educação quilombola persistem.

Entretanto, há também perspectivas promissoras: o fortalecimento dos movimentos sociais, a produção de materiais didáticos próprios, o acesso às universidades por estudantes quilombolas e a articulação entre comunidades e universidades são caminhos que vêm sendo trilhados.

O futuro da educação quilombola do campo depende do compromisso do Estado com a justiça social, do respeito à autonomia das comunidades e do reconhecimento de que uma escola que respeita a diversidade é uma escola melhor para todos.

A educação quilombola representa um importante campo de luta e resistência para os povos negros descendentes de comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Reconhecida constitucionalmente como um direito específico, a educação quilombola busca não apenas o acesso ao ensino formal, mas também o reconhecimento e valorização das identidades culturais, saberes tradicionais e a história dessas comunidades. Conforme

REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.4, n.2 abr./jun. 2025 DOI: 10.47538/RA-2025.V4N2
ISSN: 2965-0003

destacado por Silva (2019), a educação quilombola deve ser entendida como um processo político-pedagógico que transcende o ensino convencional, sendo um instrumento de afirmação cultural e resistência histórica diante das desigualdades e do racismo estrutural presentes na sociedade brasileira.

Os desafios enfrentados atualmente pela educação quilombola são múltiplos e complexos. Entre eles, a precariedade das condições de ensino é um fator recorrente nas comunidades quilombolas, que frequentemente sofrem com a falta de infraestrutura adequada, como escolas mal equipadas, ausência de transporte escolar, e carência de materiais didáticos que dialoguem com a cultura e realidade local. Além disso, a formação dos profissionais da educação é outro ponto crítico. Muitos professores atuantes nas escolas quilombolas não possuem capacitação específica para lidar com a diversidade cultural e para implementar metodologias pedagógicas interculturais, o que limita o potencial educativo para a construção da identidade quilombola. Santos e Oliveira (2021) ressaltam que essa falta de preparo docente pode levar à reprodução de práticas pedagógicas hegemônicas e excludentes, reforçando o apagamento cultural dessas comunidades.

Outro aspecto central dos desafios atuais é o contexto social e econômico em que vivem as comunidades quilombolas. A persistente desigualdade social, o acesso limitado a serviços públicos básicos e a vulnerabilidade territorial comprometem não apenas o direito à educação, mas também a permanência dos estudantes na escola. Muitos jovens quilombolas enfrentam a necessidade de conciliar os estudos com atividades laborais ou com responsabilidades familiares, o que afeta diretamente seu desempenho e frequência escolar. Nesse sentido, políticas públicas integradas e intersetoriais são fundamentais para garantir condições mínimas de qualidade e equidade no processo educativo.

Apesar dos obstáculos, as perspectivas futuras para a educação quilombola apontam para avanços significativos, especialmente com a crescente valorização dos direitos quilombolas na agenda pública e acadêmica. A perspectiva intercultural, que valoriza o diálogo entre saberes tradicionais e o conhecimento científico, é vista como um caminho promissor para a construção de uma educação que respeite a diversidade e promova a autonomia das comunidades. Fernandes (2020) destaca que a participação ativa dos quilombolas na elaboração e gestão das políticas educacionais é essencial para

REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.4, n.2 abr./jun. 2025 DOI: 10.47538/RA-2025.V4N2
ISSN: 2965-0003

que essas políticas atendam às suas reais necessidades e expectativas, promovendo uma educação verdadeiramente emancipatória.

Além disso, iniciativas de formação continuada de professores focadas em educação antirracista e intercultural têm ganhado espaço, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e para o fortalecimento da identidade cultural dos estudantes quilombolas. A inclusão de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira, previstos na Lei 10.639/2003, quando contextualizados e ampliados dentro das realidades quilombolas, potencializam o empoderamento desses jovens, promovendo o respeito às suas raízes e a resistência ao racismo.

Finalmente, o fortalecimento das redes de apoio, tanto comunitárias quanto institucionais, é fundamental para consolidar as conquistas e ampliar os direitos relacionados à educação quilombola. A articulação entre as comunidades, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil pode fomentar a construção de políticas públicas mais eficazes e sustentáveis, que garantam não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso escolar dos estudantes quilombolas.

Em síntese, a educação quilombola enfrenta desafios importantes, que exigem a superação de barreiras estruturais, culturais e econômicas. Contudo, com o fortalecimento das políticas públicas, o reconhecimento da diversidade cultural e a promoção da autonomia das comunidades, as perspectivas para o futuro são promissoras. A educação quilombola, enquanto direito e instrumento de transformação social, tem o potencial de contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais justa, plural e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação quilombola do campo é uma das expressões mais potentes da resistência negra no Brasil. Ela se estrutura a partir da luta por território, dignidade, saberes e memória. O currículo e o ensino nessas escolas precisam refletir essa trajetória, tornando-se instrumentos de emancipação, de valorização cultural e de combate às desigualdades.

REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.4, n.2 abr./jun. 2025 DOI: 10.47538/RA-2025.V4N2
ISSN: 2965-0003

A construção de um currículo verdadeiramente quilombola exige participação comunitária, políticas públicas efetivas, formação docente adequada e ruptura com o modelo escolar excludente. A escola quilombola é, antes de tudo, um espaço de vida e de luta coletiva por um mundo mais justo, plural e solidário.

A construção de um currículo e de práticas de ensino voltadas para as escolas quilombolas do campo representa um passo fundamental para a efetivação de uma educação emancipadora, antirracista e comprometida com a justiça social. Reconhecer e valorizar os saberes tradicionais, a cultura, a história e a forma de vida das comunidades quilombolas é essencial para garantir o direito à educação de forma plena e significativa.

As escolas quilombolas não devem ser apenas espaços de reprodução do currículo hegemônico, mas sim lugares de resistência e afirmação identitária, onde os conhecimentos locais dialoguem com os conteúdos formais e contribuam para a formação crítica e cidadã dos estudantes. Para isso, é imprescindível que o currículo esteja articulado às especificidades territoriais, culturais e socioeconômicas das comunidades, respeitando seus tempos, práticas e formas de organização.

Além disso, é necessário investir na formação inicial e continuada de professores para atuarem em contextos quilombolas com sensibilidade, conhecimento e compromisso político-pedagógico. O fortalecimento das políticas públicas voltadas à educação do campo e à educação quilombola deve ser uma prioridade, garantindo recursos, infraestrutura adequada e participação efetiva das comunidades na gestão escolar.

Conclui-se que um currículo quilombola do campo, comprometido com a transformação social, só será possível com diálogo constante entre escola e comunidade, políticas educacionais inclusivas e a valorização da diversidade como elemento central do processo educativo. Assim, a escola quilombola pode cumprir seu papel de agente de transformação, preservação cultural e construção de um futuro mais justo e equitativo para as novas gerações.

REFERÊNCIAL

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília: MEC, 2012.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FERNANDES, L. Educação quilombola e interculturalidade: caminhos para a autonomia. Revista Educação e Diversidade, v. 7, n. 2, p. 45-59, 2020.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GOMES, Maria Helena. Educação Quilombola e Políticas Públicas: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora Educação Popular, 2019.

LOPES, Ana Paula. Currículo e saberes tradicionais: a educação nas escolas quilombolas. Revista Educação e Cultura, v. 35, n. 2, p. 87-103, 2019.

SILVA, Petronilha B. G. Educação das relações étnico-raciais no Brasil: reflexões e práticas. Brasília: MEC/SECAD, 2010.

SILVA, João Paulo; SANTOS, Ana Maria. "Autonomia e gestão escolar nas comunidades quilombolas". Revista Brasileira de Educação, v. 25, n. 1, p. 45-62, 2020.

SILVA, Maria das Graças. Educação quilombola: currículo, cultura e identidade. Cadernos de Educação, v. 22, n. 4, p. 115-130, 2017.

SILVA, Maria Aparecida da. Formação de professores para a educação quilombola: desafios e perspectivas. Revista Educação e Sociedade, v. 38, n. 138, p. 123-138, 2017.

SANTOS, M.; OLIVEIRA, R. Desafios e perspectivas da educação quilombola no Brasil contemporâneo. Cadernos de Educação e Relações Étnico-Raciais, v. 5, n. 1, p. 120-135, 2021.

SILVA, A. C. A educação quilombola como resistência cultural. Revista Afro-Brasileira, v. 10, n. 3, p. 78-92, 2019.

Submissão: março de 2025. Aceite: abril de 2025. Publicação: junho de 2025.